

A METODOLOGIA DA ECONOMIA POSITIVA DE MILTON FRIEDMAN: DUAS INTERPRETAÇÕES FILOSÓFICAS ALTERNATIVAS

Prof.^a. Dra. CLARICE MENEZES VIEIRA

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – UFRRJ

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo principal apresentar a “Metodologia da Economia Positiva” de Milton Friedman e duas de suas interpretações elaboradas a partir de análises baseadas na filosofia da ciência, discutindo as conseqüências que cada uma traz para a avaliação de sua consistência. Como será visto, ao atribuir uma ou outra interpretação (Friedman como um “instrumentalista” ou Friedman como um “pragmatista”), seu grau de consistência altera-se sobremaneira. Ao longo do texto, dar-se-á ênfase à questão do papel e da importância do “realismo” dos pressupostos em teorias científicas, já que esta se tornou o grande símbolo da metodologia de Friedman.

PALAVRAS CHAVE: Milton Friedman; Metodologia; Economia; Instrumentalismo; Pragmatismo;

ABSTRACT: This paper has as its main objective to present Milton Friedman’s “methodology of positive economics” and two of its interpretations – both built upon analyses based on philosophy of science – and to discuss the consequences which they bring to the evaluation of its consistency. As it will be seen, the attribution of one or another of these interpretations (Friedman as an “instrumentalist” or Friedman as a “pragmatist”) changes drastically its level of consistency. Throughout the text, emphasis will be placed on the question of the role and importance of the “realism” of assumptions for scientific theories, since this became the major symbol of Friedman’s methodology.

KEYWORDS: Milton Friedman; Methodology; Economics; Instrumentalism; Pragmatism;

Área Temática: Metodologia e História do Pensamento Econômico

Sub-área: Metodologia e Caminhos da Ciência

JEL: B – Schools of Economic Thought and Methodology

B4 – Economic Methodology

B40 – General

SUBMISSÃO À SESSÃO ORDINÁRIA

A METODOLOGIA DA ECONOMIA POSITIVA DE MILTON FRIEDMAN: DUAS INTERPRETAÇÕES FILOSÓFICAS ALTERNATIVAS

INTRODUÇÃO

A posição “metodológica” de Milton Friedman foi estabelecida no artigo “A Metodologia da Economia Positiva” (doravante, MEP), lançado originalmente em 1953 na coletânea *Essays in Positive Economics*¹. O artigo tornou-se bastante conhecido entre os economistas, mesmo entre aqueles não dedicados ou interessados diretamente em debates metodológicos², especialmente em função dos intensos debates e controvérsias que suscitou (e ainda suscita), sobretudo no que concerne às suas sugestões a respeito da (des) importância do realismo dos “pressupostos” em teorias científicas³.

Entre a maioria dos debatedores, parece haver certo consenso de que a MEP carece de definições claras e precisas para diversos conceitos utilizados, dando espaço, portanto, a uma série de ambigüidades a respeito de seu sentido teórico e de seus objetivos. Uma parcela substancial dos artigos dedicados à sua avaliação buscou, de fato, interpretar o que Friedman “realmente” quis dizer, em especial sobre como foram por ele concebidos os conceitos de “hipóteses” e “pressupostos” em teorias científicas⁴.

Ao mesmo tempo, o fato de Friedman ter utilizado ou feito referência a conceitos tradicionalmente “pertencentes” à filosofia da ciência, sem, na maioria dos casos, esclarecê-los de maneira objetiva, abriu espaço para que seu artigo fosse analisado tanto sob a ótica da metodologia econômica quanto sob a ótica epistemológica, encontrando, neste último caso, campo crítico em um amplo e fértil passado de investigações e debates científicos⁵.

¹ O artigo está reproduzido na coletânea editada por HAUSMAN (1994) e as referências doravante citadas referem-se a esta edição; o artigo foi traduzido para o português por Leônidas Hegenberg e publicado nas *Edições Multiplic* (vol. 1, n. 3) em 1981;

² Segundo BLAUG: “To be sure, Friedman was criticized, but the ‘Essay on the Methodology of Positive Economics’ nevertheless survived to become the one article on methodology that virtually every economist has read at some stage in his career.” (1994 [1975], p. 348);

³ Como se sabe, o artigo de Friedman foi lançado em um contexto de grandes controvérsias envolvendo a teoria neoclássica da firma, especialmente no que diz respeito ao “pressuposto” de maximização dos rendimentos esperados; desta forma, são bastante comuns interpretações que o associam direta e unicamente à “defesa” da hipótese neoclássica da concorrência perfeita, como em WEBB (2002): “My own view is that Friedman's essay is so incoherent and contains so many scraps of half-baked doctrines that it could be interpreted to mean almost anything. It smacks of the shallow expediency that a defense attorney uses to try save a guilty client. And like a guilty defendant, Friedman has kept himself off the witness stand.” (p. 984);

⁴ De fato, pode-se dizer que a “primeira geração” dos debates centrou-se precisamente sobre estas questões, sendo as principais referências NAGEL (1963), PAPANDREOU (1963), SAMUELSON (1963, 1964, 1965), MELITZ (1965), GARB (1965), DE ALESSI (1971), MACHULP (1955; 1956; 1964), ROTWEIN (1959) e SIMON (1963);

⁵ Este foi o principal foco de uma “segunda geração” de debatedores, sendo as principais referências BOLAND (1979, 1980, 1984), BOLAND & FRAZER (1983), FRAZER (1984), CALDWELL (1980a; 1980b), ROTWEIN (1980), WIBLE (1982; 1984), WEBB (1987), HIRSCH & DE MARCHI (1984; 1990) e HOOVER (1984);

Neste trabalho buscar-se-á apresentar e debater duas interpretações da MEP construídas a partir das contribuições da filosofia da ciência: uma que associa a proposta de Friedman ao “instrumentalismo” e outra que a associa ao “pragmatismo”. A escolha por tais interpretações foi determinada por terem se tornado as mais articuladas ao longo dos debates posteriores ao lançamento da MEP do ponto de vista da filosofia da ciência; e, ao mesmo tempo, por qualificarem a proposta de Friedman de maneiras relativamente opostas.

Deve-se destacar, porém, que não se pretende “esgotar” os debates relacionados ao tema ou “resolver” o problema de avaliar qual seria a interpretação “correta” a respeito da MEP. Estes problemas, de fato, continuam sem respostas inequívocas, especialmente pelo fato de Friedman não ter, na maioria dos casos, respondido diretamente a seus críticos⁶.

O primeiro passo será apresentar de forma resumida a MEP, tarefa desenvolvida Parte I. A ordem de apresentação respeitará a sequência desenvolvida por Friedman, destacando, na medida em que surjam, suas idéias centrais. A Parte II apresenta a interpretação de Friedman enquanto um instrumentalista. Pretende-se discutir as principais idéias associadas ao instrumentalismo e as conseqüências que esta interpretação traz à avaliação da consistência do artigo de Friedman, e especialmente suas conseqüências sobre a questão do “realismo dos pressupostos”. Na Parte III, discute-se de que forma a MEP pode ser interpretada como uma proposta filosófica “pragmatista” e, neste contexto, como esta interpretação altera sobremaneira seu “julgamento”. A Parte IV apresenta algumas conclusões gerais.

PARTE I – A METODOLOGIA DA ECONOMIA POSITIVA (MEP)

O ponto de partida do artigo de Friedman foi a distinção, inspirada em John Neville Keynes (KEYNES apud FRIEDMAN, 1994 [1953], p. 180), entre ciência positiva – “(...) *a body of systematized knowledge concerning what is* (...)” – e ciência normativa – “(...) *a body of systematized knowledge discussing criteria of what ought to be* (...)”. A economia estaria sujeita, por possuir determinadas características “particulares”, notadamente pela necessidade de produzir recomendações de política econômica, a uma constante “confusão” entre esses dois caracteres⁷. Desta forma, poderia surgir a “impressão”, errônea sob seu ponto de vista, de que uma ciência “objetiva”, puramente positiva e livre de valores, fosse inviável em seu caso.

O propósito declarado de Friedman seria precisamente a possibilidade de reconhecer na economia

⁶ Friedman fez alusões a alguns comentadores em correspondências e entrevistas posteriores, mas não apresentou resposta formal a qualquer destes;

⁷ Vale notar que esta dificuldade não é atribuída apenas à política econômica: “*Of course, the fact that economic deals with the interrelations of human beings, and that the investigator is himself part of the subject matter being investigated in a more intimate sense than in physical sciences, raises special difficulties in achieving objectivity* (...)”. (op. cit., p. 181)

uma ciência positiva autônoma, isto é, “livre” e independente da política econômica, e discutir as questões metodológicas envolvendo tanto a sua construção, como a avaliação de distintas teorias e hipóteses científicas em termos de sua “objetividade”. A motivação de Friedman reside notadamente em sua avaliação acerca da evolução e do estado da teoria econômica em seu tempo. Pois, segundo esta avaliação, as grandes controvérsias teóricas da ciência econômica não se localizariam na economia “normativa”, mas em sua porção “objetiva” ou “positiva”, especialmente na etapa de determinar os efeitos de alterações em variáveis econômicas.

Na concepção de Friedman, discordâncias seriam perfeitamente aceitáveis e cabíveis no âmbito da adoção de políticas econômicas, ou seja, na esfera da economia “normativa”; mas não seriam no caso da economia positiva, já que poderiam e deveriam ser “resolvidas” por sua objetividade. E, portanto, sua contribuição e o objetivo próprio de seu artigo seria fornecer um método que, garantindo a formulação desta “economia positiva”, desviaria as polêmicas para onde elas deveriam de fato se localizar. O que chamou de “processo da economia positiva” garantiria consenso e, logo, progresso, ao desenvolvimento da teoria econômica:

(...) a consensus on ‘correct’ economic policy depends much less on the progress of normative economics proper than on the progress of a positive economics yielding conclusions that are, and deserve to be, widely accepted. (op. cit., p.182)

Toda a evolução da teoria econômica, portanto, e especialmente a presença de distintas “escolas” de pensamento, poderiam, sob esta perspectiva, ser entendidas pelo fato de a economia (ainda) não ter sido tratada enquanto ciência puramente positiva, problema que Friedman pretendia resolver definitivamente com sua proposta.

Após estas definições e declarações iniciais, Friedman trata de quais seriam os objetivos da economia positiva: *“Its task is to provide a system of generalizations that can be used to make correct predictions about the consequences of any change in circumstances.”* (op. cit., p. 181) e *“[The] ultimate goal of a positive science is the development of a ‘theory’ or ‘hypothesis’ that yields valid and meaningful (i.e., not truistic) predictions about phenomena not yet observed.”* (op. cit., p.183).

Como se nota, a idéia central implícita em sua definição da “economia positiva” está na ausência de funções explicativas: seu objetivo único e último estaria na capacidade preditiva. Este, de fato, seria o principal elemento utilizado por Friedman para defender sua metodologia, pois se o objetivo da economia residisse unicamente em sua capacidade preditiva, todos os seus procedimentos, especialmente a escolha e o teste de hipóteses, deveriam ser orientados a partir deste referencial. O próprio julgamento de uma teoria enquanto pertencente à “ciência positiva” deveria se dar pela

precisão e pelo alcance de suas previsões e em termos do ajuste entre tais previsões e a experiência – o sucesso preditivo poderia atribuir a objetividade necessária a uma ciência desta natureza. E é igualmente a partir desta definição que foi possível a Friedman sugerir que o método das ciências econômicas deveria ser exatamente o mesmo daquele utilizado pelas ciências naturais.

Uma teoria, segundo Friedman, seria composta de dois elementos: uma linguagem utilizada para desenvolver métodos de raciocínio e um corpo de hipóteses que deveriam conter “aspectos essenciais da realidade”. Enquanto linguagem, uma teoria seria apenas um conjunto de tautologias utilizado para organizar o material empírico e simplificar sua compreensão e, portanto, seu julgamento poderia se dar apenas por considerações lógicas e factuais: a lógica garantiria que uma determinada linguagem não fosse incoerente ou incompleta; e os fatos garantiriam que possuísse uma contrapartida empírica significativa, sendo útil para analisar problemas reais⁸.

Já o corpo de “hipóteses substantivas” deveria ser julgado a partir de seu poder preditivo em relação à classe de fenômenos aos quais se referisse ou que pretendesse explicar. A evidência empírica, coletada apenas a partir da comparação de previsões com a realidade, determinaria se a teoria seria “certa” ou “errada” ou, em outros termos, se seria provisoriamente “aceita” ou “rejeitada”.

Como se nota, Friedman não apenas atribui valor exclusivo à capacidade preditiva no que se refere aos objetivos da ciência, como defende que, de fato, este atributo seria o único *possível* para testar as hipóteses de uma teoria. As hipóteses deveriam ser rejeitadas quando suas previsões fossem contraditadas freqüentemente ou com mais freqüência do que previsões de hipóteses alternativas, e aceitas quando contrário; e seriam tanto mais confiáveis quanto maior o número de oportunidades em que poderiam ter sido refutadas.

Pode-se dizer, sem perda de generalidade, que este corresponde ao cerne da metodologia da economia positiva de Friedman pois, ao longo do restante do artigo, o autor parte especialmente para a análise de exemplos e das conseqüências desta perspectiva para diferentes questões relacionadas à teoria econômica. Mais especificamente, é este referencial que permitiu ao autor atacar o que considerava o principal “erro” metodológico dos economistas: o julgamento de distintas teorias a partir da avaliação do “realismo” de seus “pressupostos”.

A evidência empírica no “modelo” de Friedman é fundamental em duas fases: na elaboração das hipóteses e no teste de sua validade. Na fase de elaboração, ela seria, ao mesmo tempo, um veículo para sua formulação, e, mais importante, um meio para garantir que suas implicações não

⁸ Como exemplo citado por Friedman, a classificação dos fatores que afetam preços relativos como “de oferta” ou “de demanda” seria uma simplificação útil da realidade, dado que, para algumas situações, não há dúvidas quanto à classificação dos fatores em uma ou outra categoria. Logo, esta sumarização poderia simplificar o problema da determinação dos preços relativos;

estivessem de antemão contraditadas pela experiência anterior. Se uma hipótese fosse compatível com a evidência empírica, deveria ser testada a partir das previsões que gerasse, sendo esta a segunda função daquelas evidências. Ou seja, toma-se alguma hipótese como premissa e deduzem-se dela novos fatos, ainda não conhecidos, comparando-se tais previsões com novas evidências⁹. Para que o teste fosse relevante, Friedman ressalta, os fatos previstos *deveriam se referir à classe de fenômenos que a hipótese pretende explicar* e, ao mesmo tempo, deveriam ser definidos de forma a ser possível que novas observações empíricas pudessem refutá-los.

É precisamente neste contexto que surgiram as afirmações polêmicas de Friedman a respeito do “realismo” dos pressupostos. Para o autor, existiria uma crença equivocada entre os cientistas sociais, em geral, e os economistas, em particular, de que poderiam ser utilizadas outras evidências, diferentes daquelas relacionadas à classe de fenômenos dos quais a hipótese trata, para validá-las. Em especial, existiria a crença de que hipóteses poderiam e deveriam ser testadas pelo “realismo” de seus pressupostos. Friedman atribuiu este “equívoco” à dificuldade, nas ciências sociais, em obter novas evidências para os fenômenos a serem explicados e em de julgar sua adequação com respeito às implicações de suas hipóteses. E chegou a sugerir que, além de o julgamento dos pressupostos pela evidência empírica, ou por seu “realismo”, não poder ser um teste da validade de uma hipótese, ao contrário, a relação tenderia a ser precisamente inversa: hipóteses “importantes” teriam pressupostos que são em geral irrealistas, na medida em que são representações descritivas da realidade:

Truly important and significant hypotheses will be found to have ‘assumptions’ that are wildly inaccurate descriptive representations of reality, and, in general, the more significant the theory, the more unrealistic the assumptions (in this sense). The reason is simple. A hypothesis is important if it ‘explains’ much by little, that is, if it abstracts the common and crucial elements from the mass of complex and detailed circumstances surrounding the phenomena to be explained and permits valid predictions on the basis of them alone. To be important, therefore, a hypothesis must be descriptively false in its assumptions; it takes account of, and accounts for, none of the many other attendant circumstances, since its very success shows them to be irrelevant for the phenomena to be explained. (op. cit., p. 188)

Portanto, o realismo descritivo dos pressupostos não seria um fator sequer relevante, dado que estes nunca poderiam ser descritivamente realistas. Pressupostos seriam relevantes se fossem ou não boas aproximações para os objetivos da teoria, e este caráter só poderia ser julgado a partir da acuidade de suas previsões. O teste das previsões seria, para Friedman, a única maneira de garantir a objetividade da ciência. O fundamental para a avaliação de uma teoria não seria garantir que seus pressupostos fossem “realistas”, mas especificar em que circunstâncias a teoria funcionaria, ou a

⁹ Este seria, para Friedman, o equivalente aos “experimentos controlados” das ciências naturais e a maneira pela qual, portanto, estaria garantida a “objetividade” de teorias científicas em geral;

magnitude dos erros em suas previsões sob diferentes condições. Esta especificação deveria fazer parte da própria hipótese e, conforme fosse sendo ampliada, teorias mais gerais poderiam ser elaboradas, com o objetivo de explicar os erros das teorias mais simples.

Em outros termos, os pressupostos deveriam ser utilizados para *especificar* as circunstâncias em que uma teoria não funciona e *não para determiná-las*. Sob seu ponto de vista, não haveria como testar pressupostos pois eles não se refeririam à mesma classe de fenômenos que a hipótese pretende explicar. A hipótese seria *plausível* quando suas implicações estivessem de acordo com os fatos, sendo válida em determinadas circunstâncias. E seus pressupostos não poderiam determinar tais circunstâncias que, em última instância, definiriam a validade da teoria.

Após enunciar seu ataque à possibilidade de testar hipóteses *via* realismo de seus pressupostos, Friedman passa a defender sua tese a partir de uma série de exemplos tirados da “experiência comum” e, finalmente, chega no “exemplo” mais polêmico entre os economistas: o realismo das hipóteses da teoria da concorrência perfeita ou, especificamente, do “pressuposto” da maximização dos rendimentos esperados.

Em várias circunstâncias, afirma Friedman, os empresários comportam-se *como se* racionalmente maximizassem seus rendimentos esperados e dispusessem de todo o conhecimento necessário para obterem êxito, ou seja, *como se* conhecessem e igualassem custo marginal a receita marginal. Esse “pressuposto” seria evidentemente falso do ponto de vista descritivo, dado que as firmas não poderiam realizar tais cálculos. Porém:

Confidence in the maximization-of-returns hypothesis is justified by evidence of a very different character. ... unless the behavior of businessmen in some way or other approximated behavior consistent with the maximization of returns, it seems unlikely that they would remain in business for long. ... The process of ‘natural selection’ thus helps to validate the hypothesis – or, rather, given natural selection, acceptance of the hypothesis can be based largely on the judgment that it summarizes appropriately the conditions for survival. (op. cit., p.193)

Além desta “evidência” em favor do pressuposto da maximização dos rendimentos, a mais relevante para Friedman, porém, seria a observação de sua aplicação a problemas específicos e a verificação de que suas implicações não foram contraditadas. O fato de a hipótese seguir sendo empregada e aceita por um longo tempo, sem que nenhuma rival tivesse alcançado a mesma aceitação, constituir-se-ia no teste fundamental de sua validade: “*The evidence for a hypothesis always consists of its repeated failure to be contradicted, continues to accumulate so long as the hypothesis is used...*” (op. cit., p. 193, grifo no original)

Mais geralmente, dada toda a sua linha de argumentação, críticas ao realismo de qualquer hipótese

tornar-se-iam inócuas. A concepção implícita em tais críticas estaria, para Friedman, assentada em uma suposta confusão entre acuidade descritiva e relevância analítica: nunca seria possível separar de um lado os fatos conhecidos e de outro uma teoria “próxima da realidade”: a teoria é o modo pelo qual os fatos são percebidos e não seria possível percebê-los sem dispor de uma teoria.

Em resumo, portanto, a MEP pode ser assim sumarizada: i) a economia poderia e deveria ser encarada enquanto ciência puramente positiva, distinta e independente da economia normativa, sendo seu objetivo principal o desenvolvimento de um corpo de generalizações sobre fenômenos econômicos a ser utilizado na previsão das conseqüências de alterações em determinadas circunstâncias; ii) algumas características particulares da economia, especialmente a importância de seus temas para a política econômica e a impossibilidade de realizar experimentos controlados, teriam dificultado esta objetividade e gerado confusões entre análise científica e juízo normativo; iii) estas características, no entanto, não alterariam o princípio metodológico de que uma hipótese só pode ser submetida a teste a partir do acordo de suas implicações com as observações, mesmo sendo difícil submetê-la a este tipo de teste; iv) a principal conseqüência desta dificuldade presente na ciência econômica seria a importância que tem se depositado no “realismo” dos pressupostos; porém, uma teoria não poderia ser testada pela comparação direta de seus pressupostos com a realidade, dado que estes se refeririam a uma classe de fenômenos distinta daquela que a teoria pretende explicar; o “realismo descritivo”, de fato, nunca poderia ser atingido, e julgar se uma teoria é ou não realista só seria possível observando se suas previsões são boas ou melhores do que as previsões de teorias alternativas; v) portanto, as críticas desta natureza dirigidas à teoria da concorrência perfeita com base no irrealismo da hipótese de maximização de rendimentos seriam inócuas, bem como qualquer outra que se assentasse em argumentos com respeito ao realismo, e não à capacidade preditiva, de hipóteses científicas.

PARTE II – FRIEDMAN ENQUANTO INSTRUMENTALISTA

O termo “instrumentalismo” encontra, como a maioria dos termos utilizados pelas ciências, grandes ambigüidades e significados. Em princípio, qualquer autor que tenha como principal preocupação questões “práticas”, ou que considere como principal objetivo da ciência sua utilização na resolução de problemas do mundo “real”, poderia, em certo sentido, ser classificado como “instrumentalista”.

Na filosofia da ciência, porém, o instrumentalismo é conceituado como uma corrente filosófica específica que se opõe ao realismo (sendo por alguns autores classificada como “instrumentalismo popperiano” ou “instrumentalismo ingênuo”, em contraposição ao “instrumentalismo” ou ao

“pragmatismo” de John Dewey¹⁰). É neste sentido que se buscará, nesta seção, interpretar a proposta de Friedman¹¹.

Uma das principais idéias associadas ao instrumentalismo, como seu nome sugere, refere-se à função e ao *status* atribuído às teorias científicas: devem ser e são, na melhor das hipóteses, instrumentos úteis para realizar determinadas tarefas, excluindo dos objetivos da ciência questões explicativas. Sendo assim, teorias não devem ser tratadas como sendo falsas ou verdadeiras na *explicação* de algum problema, mas como instrumentos, adequados ou não, na *resolução* de determinada tarefa.

Do ponto de vista da filosofia da ciência, o realismo, contraponto ao instrumentalismo, exige que teorias sejam julgadas como verdadeiras ou falsas a partir da realidade, sendo a explicação de fenômenos empíricos o principal objetivo da pesquisa científica. Neste contexto, perspectivas realistas defrontam-se tradicionalmente com o problema de como julgar ou avaliar a “verdade” de uma teoria ou hipótese a partir da realidade. Um dos caminhos historicamente utilizados para “resolver” este problema foi a adoção do chamado método indutivo, através do qual a “verdade” de um conjunto de enunciados singulares seria “passada” aos enunciados científicos universais.

A lógica indutiva, porém, como se sabe, esbarra imediatamente no chamado “problema da indução”, ou seja, no problema de como garantir a “verdade” de uma teoria formulada a partir de inferências indutivas, ou de como garantir logicamente a verdade de um enunciado geral desta maneira construído¹²:

The traditional problem of induction, or Hume’s problem, concerns our ability to justify inductive inferences. This problem has been stated in a number of different ways: What is the justification for the belief that the future will be largely like the past? What is the justification for inductive inferences? Can the claim that a universal theory is true be justified by assuming the truth of a certain number of test or observation statements? Hume’s answer to any of these formulations is

¹⁰ Existem, de fato, no âmbito da filosofia da ciência, diversas “categorias” de “instrumentalismo”; para citar apenas algumas: reduutivo, sintático, eliminativo, epistêmico (ver, a respeito, STANFORD, 2005); em uma visão mais simplificada, para WEBB (2002, p. 983): “By historical accident Dewey and Karl Popper used the same word for entirely separate things. Popper’s criticism of methodological instrumentalism is central to his ongoing critique of positivism. Thus he said, ‘I have described instrumentalism as a philosophical doctrine that theories are not considered as describing any kind of fact, but merely as instruments; instruments mainly for deriving predictions’. Popper’s opposition to methodological instrumentalism is of a piece with his opposition to scientific practices and doctrines which protect beliefs from criticism and empirical testing. Dewey named his comprehensive approach to philosophy “instrumentalism” – in part to distinguish it from William James’ brand of pragmatism. Several decades later and independently of Dewey’s usage, Popper used the same term.”; é no sentido utilizado por Popper em sua crítica, portanto, que se entende, nesta seção, o termo “instrumentalismo”;

¹¹ Esta é, de fato, a interpretação mais popular da posição epistemológica de Friedman; na maioria dos casos, porém, não se apresenta uma definição clara do que se entende por “instrumentalismo” ao se associar Friedman àquele pensamento; esse é o caso, por exemplo, de HAUSMAN: “In his influential essay (...) Milton Friedman espouses an instrumentalist view of science.” (1994, p. 6); esta interpretação é seguida, por exemplo, por HANDS (2001);

¹² O chamado “problema da indução” foi originalmente estabelecido por David Hume em seu *Treatise of Human Nature* (especialmente na Parte III do Livro I: Do Conhecimento e da Probabilidade); e foi, como se sabe, o ponto de partida para o desenvolvimento da teoria de Karl Popper (POPPER, 1974, pp. 27-31);

clear: no rational justification of induction is possible. (CALDWELL, 1985, pp. 40-1)

Boland (1979) sugere assim que o instrumentalismo apresenta-se como uma “boa” alternativa ao problema da indução: como transfere as preocupações concernentes às teorias científicas à sua utilidade, ou à sua capacidade de fornecer conclusões a serem utilizadas como previsões, a “verdade” passa a ser *irrelevante* como critério para avaliar teorias, já que não se relaciona diretamente à acuidade de suas conclusões. Enquanto uma teoria “fizer o trabalho” a que se pretende, não haveria necessidade de argumentar em favor de sua veracidade. No caso da economia, este “trabalho” seria fornecer previsões “verdadeiras”, sendo seu sucesso argumento suficiente em sua defesa. A “resposta” instrumentalista ao problema da indução seria, portanto, a de evitá-lo:

... if the object of building or choosing theories (or models of theories) is only to have a theory or model that provides true predictions or conclusions, *a priori* truth of the assumption is not required if it is already known that the conclusions are true or acceptable by some conventionalist criterion. (BOLAND, 1979, p. 509)

Ao mesmo tempo, o instrumentalismo, como sugere Caldwell (1985), além de contornar o “problema da indução”, poderia, pelo mesmo princípio de não depositar relevância na “verdade” das teorias, “resolver” o problema de ter que julgar, entre um grupo de teorias, igualmente capazes de explicar o mesmo fenômeno, qual a “verdadeira” teoria, ou qual a teoria a ser “escolhida”. E, finalmente, o instrumentalismo poderia “contornar” a questão referente à presença dos chamados “termos teóricos”¹³, já que, se a relevância de uma teoria refere-se à sua capacidade preditiva, não haveria problemas em utilizar ou fazer referências a termos que não se referissem diretamente à realidade.

A interpretação tradicional de Friedman enquanto instrumentalista foi defendida especialmente por Laurence Boland (1979; 1980; 1983). Para Boland, apesar de conter outros aspectos, as idéias mais conhecidas e “fortes” do ensaio de Friedman, quais sejam, a de que o principal objetivo da ciência é gerar previsões e a de que o realismo dos pressupostos não tem relevância na determinação da validade de teorias científicas, são notadamente instrumentalistas:

Friedman simply does not make the mistakes he is accused of making. His methodological position is both logically sound and unambiguously based on a coherent philosophy of science – Instrumentalism. (BOLAND, 1979, p. 503)

¹³ Na definição de NAGEL: “*Theoretical terms signify either various entities that cannot be specified except by way of some theory which postulates their existence, or certain ideal limits of theoretically endless processes.*” (1963, p. 212);

Podendo ser desta forma interpretado, porém, Friedman torna-se imediatamente alvo das críticas epistemológicas direcionadas ao instrumentalismo. Além da crítica “moral” ou normativa de que uma filosofia instrumentalista não poderia cumprir o papel central que as ciências deveriam possuir, qual seja, o de *explicar* os fenômenos reais, limitando-se a construir “teorias” que não passam de “meras correlações”, existiriam ainda duas linhas de críticas “positivas” ao instrumentalismo.

A primeira delas refere-se à constatação empírica de que a maioria dos filósofos da ciência contemporâneos mantém a explicação como um dos objetivos essenciais da ciência: “*Philosophers of science since the 1940s have been unanimous in their rejection of the notion that the only goal of science is prediction.*” (CALDWELL, 1985, p.179). Ou seja, é uma visão realista, e não instrumentalista, que predomina entre os filósofos da ciência contemporâneos e, portanto, a visão instrumentalista torna-se filosoficamente fraco.

A outra linha de crítica filosófica ao instrumentalismo refere-se à *necessidade* de se abandonar a busca por teorias “verdadeiras”. Tendo o instrumentalismo surgido apenas a partir de uma necessidade de contornar ou evitar o “problema da indução”, ele só se sustentaria enquanto proposta metodológica se não houvesse nenhuma outra abordagem que conseguisse fazer o mesmo de forma menos reducionista em termos do comprometimento com a busca pela verdade. Em outros termos, não seria *necessário* abandonar a busca pela explicação e por “verdades científicas” apenas porque não se encontraram respostas definitivas ao problema da indução. De fato, haveria, na filosofia da ciência contemporânea, alternativas mais “adequadas” para contornar esse problema, alternativas estas que não precisariam abrir mão da busca por explicações aos fenômenos tratados pela ciência. Em especial, qualquer metodologia que siga a linha do que Lakatos denominou “convencionalismo” poderia manter a importância da explicação científica e, ao mesmo tempo, “resolver”, ou ao menos contornar, o problema da indução¹⁴.

Uma visão convencionalista reconhece que existem dificuldades no julgamento de teorias como verdadeiras, já que o método indutivo esbarra em problemas lógicos. Porém, o conceito de “verdade” pode conter caráter não absoluto, mas relativo. Ou seja, tendo sido julgada uma teoria enquanto verdadeira, tal julgamento poderia ser modificado no futuro. Em linhas gerais, essa seria a idéia central de uma posição convencionalista: uma teoria é verdadeira até que não seja mais possível sustentar este veredicto, sendo, portanto, “temporariamente verdadeira”, considerada como tal por convenção¹⁵.

Para Lakatos, o abandono da busca pela verdade operado pelo instrumentalismo teria sido

¹⁴ Para o “convencionalismo” em geral, ver AGASSI (1963); para sua “aplicação” à economia, ver BOLAND (1970);

¹⁵ Vale notar que a concepção de “convencionalismo” aqui adotada apresenta-se como bastante ampla, podendo englobar, de fato, diferentes posições metodológicas que adotem um raciocínio não-indutivista;

desnecessário e fruto de uma falta de “educação lógica” por parte dos cientistas, que passaram a tratar as teorias científicas apenas como instrumentos para realizar previsões:

(...) Conventionalism, as here defined, is a philosophically sound position; instrumentalism is a degenerate version of it, based on a mere philosophical muddle caused by a lack of elementary logical competence. (LAKATOS apud CALDWELL, 1985, p. 180)

Caldwell (1980b) conclui assim que, considerando a proposta de Friedman enquanto instrumentalista, a mesma não encontraria suportes na filosofia da ciência contemporânea, já que a maioria dos filósofos contemporâneos o “rejeitaram”, pelo menos em sua versão popperiana ou ingênua¹⁶.

PARTE III – FRIEDMAN ENQUANTO PRAGMATISTA

A relevância da interpretação “pragmatista” da posição metodológica de Milton Friedman reside especialmente em se contrapor diretamente à instrumentalista. Esta interpretação foi apresentada originalmente por Abraham Hirsch e Neil De Marchi (1984; 1990), apoiando-se não apenas em sua contribuição específica à metodologia econômica, mas no conjunto de sua obra.

O cerne desta interpretação está em sugerir que a linha de pensamento de Friedman pode ser encarada como contraponto à metodologia “tradicional” da ciência econômica, da qual John Stuart Mill seria o principal representante¹⁹. Dentro desta perspectiva, chegam a classificar Friedman como “heterodoxo” no que se refere a sua proposta metodológica, já que se opõe em quase todos os aspectos à maneira “ortodoxa” de julgar, tratar e desenvolver teorias econômicas.

Neste sentido, as principais idéias apresentadas por Friedman no artigo de 1953, no que se refere ao papel dos pressupostos, aos objetivos da ciência, à ênfase na previsão, ao papel da observação empírica, etc, devem, para os autores, ser tratadas como elementos de uma mesma abordagem, que estaria em linha com o pensamento do filósofo americano John Dewey²⁰.

¹⁶ BLAUG (1993) destaca ainda que o instrumentalismo possui uma fonte de fraqueza intrínseca que o torna uma metodologia, no mínimo, “modesta”: “*Sua fraqueza é comum à teoria da caixa preta, que faz previsões sem ser capaz de explicar por que a previsão funciona: no momento em que as previsões falham, toda a teoria tem que ser descartada porque não tem uma estrutura de hipóteses, uma explanans que pode ser ajustada e melhorada para fazer melhores previsões no futuro. É por essa razão que os cientistas normalmente se preocupam quando as hipóteses de suas teorias são gritantemente irrealistas.*” (p. 150)

¹⁹ Os autores incluem em sua caracterização da metodologia ‘tradicional’ nomes como Senior, Robbins, J. N. Keynes, Cairnes e outros. Aditem, porém, que existem diferenças entre estes autores e que, para algumas questões específicas, Mill não poderia ser visto como “representante” desta visão. Porém, consideram que, dado seu propósito – contrastar a abordagem ‘tradicional’ com a abordagem de Friedman – John Stuart Mill pode e deve ser considerado como autor representativo; para uma análise dos problemas “metodológicos” tratados ou enfrentados por J. S. Mill, ver PAULANI, 2005, capítulo 3;

²⁰ John Dewey é considerado, em conjunto com Charles S. Peirce e William James, como um dos fundadores da filosofia “pragmatista”; para um panorama geral sobre Dewey, ver McDERMOTT (1981); para interpretações

Nas classificação e categorização de Hirsch e De Marchi da metodologia “tradicional”, a porção essencial ou fundamental de teorias científicas residiria em leis causais universais especificadas em suas premissas. A explicação de fenômenos reais, principal objetivo da ciência, envolveria deduzir implicações a partir de premissas verdadeiras, apoiando-se, portanto, no chamado “Modo Ponens” da lógica, onde a verdade das premissas é “passada” às conclusões.

Neste contexto, retornariam, àquela abordagem, os problemas lógicos relacionados ao método indutivo. A “saída” encontrada por esta abordagem teria sido a distinção entre o método próprio às ciências (chamadas) físicas e às ciências “morais”. Para as ciências físicas, seria possível contar com observações ou experiências específicas na derivação de leis causais ou premissas. Para as ciências morais, dentre as quais a economia, algum tipo de conhecimento *a priori* deveria ser estabelecido, sendo precisamente este o primeiro passo do processo de investigação científica²¹. E o instrumento básico para desenvolver ou gerar este conhecimento seria a introspecção:

Since in the behavioral sciences we deal with people like ourselves, and we have the power to introspect about our own behavior, we tend to believe that we can account for how other people behave on the basis of such ‘inside’ observations. We can always ask ‘What would I do if I were in this position?’ and by this means derive hypotheses about the way people generally behave that appear to be ‘obviously’ true. (HIRSCH & De MARCHI, 1990, p. 74)

Em outras palavras, para a metodologia “tradicional” conforme interpretada por Abraham Hirsch e Neil De Marchi, no caso das ciências morais, onde as leis causais contidas nas premissas referem-se, em última instância, às “ações e paixões” dos seres humanos, o meio ideal para a formulação de premissas verdadeiras seria a introspecção.

O passo seguinte do raciocínio “tradicional” seria deduzir implicações a partir destas premissas e avaliá-las frente à realidade. Vale notar, porém, que a importância e o objetivo desta avaliação empírica não estaria em julgar a validade (ou a “verdade”) da teoria, pois esta já estaria “garantida” pelo método introspectivo. Sua função seria apenas determinar seu âmbito de aplicação e julgar a necessidade de adicionar hipóteses complementares.

A “força” do raciocínio tradicional estaria no fato de a introspecção estar apoiada no “bom senso” ou na “plausibilidade” na construção de premissas, que poderiam ser vistas, desta forma, como “verdadeiras”. E sua grande fraqueza seria a de abrir mão dos “cânones” da lógica formal, na medida em que não há como “provar” que “plausibilidade” implica em “verdade”, inclusive pois nenhum enunciado sobre motivações pode ser observado na “realidade”.

Blaug assim sumariza a metodologia tradicional:

“modernas”, ver HICKMAN (1998);

²¹ A questão da necessidade de conhecimentos *a priori* é, como se sabe, o ponto central da “polêmica” filosófica entre Kant e Hume sobre as possibilidades de um conhecimento científico objetivo;

Os grandes metodologistas econômicos britânicos do século XIX se dedicaram às premissas da teoria econômica (...). As premissas eram derivadas da introspecção (...) e nesse sentido constituíam verdades **a priori**, sendo conhecidas, podemos dizer, antes da experiência; um processo puramente dedutivo levava das premissas às implicações; porém, tais implicações eram verdadeiras somente no caso de ausência de causas que as modificassem. Portanto, o objetivo de verificar as implicações consistia em determinar a aplicabilidade do raciocínio econômico e não sua validade real. (1993, p. 95, grifo no original)

Os argumentos para classificar a postura de Friedman enquanto “heterodoxa”, em oposição à metodologia “tradicional”, iniciam-se com a constatação de que o autor não considera que deva haver qualquer distinção entre o método adotado pelas ciências físicas e pelas ciências humanas, em particular pela economia. Isto, em princípio, já o distanciaria supostamente da visão “tradicional”, para a qual, como comentado, a economia deve adotar um procedimento distinto daquele das ciências físicas.

Porém, sua “rejeição pragmatista” da metodologia tradicional teria surgido primordialmente a partir da constatação de que um conhecimento gerado através da introspecção poderia não ser “confiável”. Ou, no caso das preocupações de Friedman quanto aos objetivos da ciência, de que esta metodologia poderia não produzir conhecimentos capazes de servir à realização de boas previsões ou à geração de “hipóteses substantivas”.

As diferenças surgiriam, por exemplo, na noção de qual deva ser o ponto de partida do processo de investigação científica. Para uma abordagem pragmatista, bem como para Friedman segundo esta interpretação, este não deve ser o estabelecimento de alguma verdade *a priori* a partir de especulações sobre motivações dos seres humanos. O ponto de partida deveria ser similar ao adotado nas ciências físicas, qual seja, a observação empírica, ou, tratando-se da economia, a observação das *conseqüências* do comportamento dos agentes²².

A partir destas observações empíricas iniciais, a abordagem pragmatista utilizaria um raciocínio “para trás”, na busca de hipóteses causais ou generalizações que pudessem “dar conta” dos dados. Este método implicaria, assim, uma reversão da ordem tradicional de pensamento: ao invés de partir de causas para explicar efeitos, observam-se os efeitos para tentar alcançar suas causas. No caso da ciência econômica, isto significaria observar o comportamento por seus resultados, ou “por fora”, para então levantar hipóteses que de alguma forma pudessem generalizá-lo ou explicá-lo. Os autores classificam este processo, portanto, como uma “racionalização do comportamento observado”. O estágio posterior seria submeter a hipótese a testes extensivos “contra” novas evidências empíricas.

²² Vale notar, porém, que se admite, nesta abordagem, que tais observações não seriam apenas coletas isentas de dados estatísticos, pois sempre surgiriam de algum problema ou de alguma questão com a qual uma teoria se defrontasse e se mostrasse parcial ou totalmente incapaz de resolver;

Este processo seguiria continuamente, havendo a possibilidade de revisar e reformular as hipóteses progressivamente a fim de “dar conta” ou “incluir” novos dados coletados. Com sua repetição, a teoria estaria sendo aprimorada, tornando-se mais abrangente e, com isso, se aproximando da “verdade”. Em outras palavras, nesta interpretação, Friedman estaria defendendo a utilização do chamado “método adutivo”²³. A “adução” a qual os autores se referem incluiria ainda a etapa de, após a formulação da hipótese com o auxílio do raciocínio indutivo, dela deduzir novas implicações para que seja “novamente” submetida aos dados.

Não seria necessário, portanto, para uma abordagem pragmatista, apelar para premissas “verdadeiras” ou “plausíveis” em teorias científicas, pelo menos em uma etapa inicial, já que o processo de investigação segue uma ordem distinta da “tradicional”, ordem esta na qual a “realidade”, ou os dados, são considerados e incorporados ao longo de todos os estágios da pesquisa, através dos quais a teoria vai sendo gradativamente “aprimorada”. A passagem de um estágio a outro e a repetição do processo conjunto de observação-teorização garantiria que, com o tempo, a teoria alcançasse progressivamente um caráter “verdadeiro”, ou “plausível”, que nos estágios iniciais não poderia possuir, ou que não seria possível identificar. Assim, em última instância, a validade das teorias é avaliada pelo teste de suas implicações, que passam a assumir papel bem mais relevante do que possuíam para a metodologia “tradicional”.

A visão pragmatista estaria, portanto, através da adoção do método adutivo, encontrando uma “solução” ao problema da indução sem, no entanto, como no caso do instrumentalismo, “abrir mão” da busca pela “verdade”, solução esta que a aproximaria, de fato, à corrente convencionalista comentada anteriormente. O processo científico passaria a ser dotado de uma dinâmica, garantido sua progressividade, relacionada ao fato de a teorização e a observação não serem concebidas como etapas distintas, “caminhando” lado a lado em todos os estágios do desenvolvimento teórico.

Nesta perspectiva da MEP, o objetivo central de Friedman seria apenas o de defender uma metodologia que mantivesse uma estreita relação com os dados, e, através desta, de garantir uma maior aproximação com a “verdade” científica, mesmo admitindo que “[any] theory is necessarily provisional and subject to change with the advance of knowledge.” (HIRSCH e DE MARCHI, 1990, p. 207).

Em função deste objetivo central, suas preocupações não estariam focadas sobre a *estrutura lógica* de teorias científicas, mas sobre o *tipo de pesquisa ou prática* que deveria ser adotada para

²³ Costuma-se chamar de “adução” uma operação semelhante à indução, porém de caráter não-demonstrativo. Nas palavras de BLAUG: “(...) *adução é a operação não-lógica que consiste em pular do caos, que é o mundo real, para uma intuição, ou tentativa de conjectura acerca da relação real existente entre o conjunto de variáveis pertinentes.*” (1993, p. 54); em outros termos, parte-se dos “fatos”, de observações empíricas, para alguma hipótese que possa deles “dar conta”, sem a “pretensão” indutivista de que seria possível desta maneira demonstrar sua verdade;

aumentar e progressivamente aprimorar o conhecimento científico. Dado o suposto julgamento de que a introspecção não seria um método “confiável” para a obtenção de conhecimentos sobre o mundo, Friedman estaria apenas propondo uma nova (e, neste sentido, “heterodoxa”) abordagem que evitasse especular a propósito das motivações do comportamento econômico.

A interpretação da proposta metodológica de Friedman “pragmatista” confere a esta caráter bastante distinto daquele considerado pela interpretação tradicional, instrumentalista, como apresentada anteriormente.

No que se refere, por exemplo, aos objetivos da ciência, a proposta de Friedman²⁴ estaria para esta em perfeita consonância com os problemas metodológicos colocados à filosofia realista, sem, no entanto, incorrer no reducionismo instrumentalista de eliminar dos objetivos da ciência questões explicativas.

Para esta interpretação, Friedman não teria dedicado tanto espaço à questão da previsão como objetivo último (e único) da ciência se não estivesse preocupado em rejeitar a metodologia “ortodoxa”, por esta não gerar o que considera “boas” teorias²⁵. Em última instância, esta ênfase surge como reação ao método tradicional na medida em que este não poderia fornecer o que, para Friedman, seria essencial em teorias científicas: hipóteses substantivas²⁶.

Não se tenta negar, naturalmente, que a orientação de Friedman tenha sido “prática” pois, em última instância, aquela estaria de fato centrada em resolver problemas “práticos” ou do mundo “real”. Mas não se poderia concluir a partir disso que Friedman não via distinção entre teorias científicas e meras correlações, ou que não atribuía papel relevante à economia positiva além de fornecer elementos à economia normativa. Em outros termos, não se negaria que Friedman pode ser chamado de “instrumentalista” (assim como Dewey), se o instrumentalismo for entendido de forma geral como a preocupação com o “mundo real” ou em resolver problemas; mas não se pode classificá-lo dessa maneira se por instrumentalismo entende-se aquela corrente da filosofia da ciência contra a qual Karl Popper se opôs tão enfaticamente.

Uma das linhas tradicionais de crítica à visão pragmatista refere-se à racionalidade lógica de seu

²⁴ À título de recordação: “*The ultimate goal of a positive science is the development of a ‘theory’ or ‘hypothesis’ that yields valid and meaningful (i.e., not truistic) predictions about phenomena not yet observed.*” (Friedman, 1994 [1953], p. 183)

²⁵ “*It is Friedman’s view, as is Dewey’s, that one must concentrate on implications because, as the era before modern science and much in the history of economics show, concentration on the ‘realism’ or plausibility of assumption leads to stagnation.*” (HIRSCH & De MARCHI, 1990, p. 95)

²⁶ Vale notar que, na perspectiva pragmatista, o caráter de “substantividade” das hipóteses adquire uma conotação um pouco mais forte: hipóteses são substantivas não apenas por serem testáveis, mas por terem sido efetivamente testadas em cada estágio do processo de investigação;

pensamento. Argumenta-se em geral que esta utiliza o chamado “Modo Ponens Invertido”, não permitido pelos cânones da lógica formal²⁷.

Para Hirsh e De Marchi, porém, a racionalidade da abordagem pragmatista (e de Friedman) reside em que seu argumento *não se refere apenas à estrutura lógica* que uma teoria deve possuir, sendo mais relevante *a dinâmica que a investigação assume*²⁸. Esta dinâmica é dada essencialmente pelo fato de os dados serem progressiva e constantemente “levados em conta”, “eliminando” hipóteses que poderiam ter sido responsáveis por “erros”. Este processo se repetiria inúmeras vezes e, através de seu desenvolvimento, a teoria se aproxima da “verdade” e suas premissas se tornariam “plausíveis”.

Admite-se, naturalmente, que este tipo de argumento não possui a força, dentro da tradição do pensamento científico, da lógica formal. Porém, conforme comentam os autores, a visão “tradicional” que supostamente utiliza o método dedutivo a partir de conhecimentos estabelecidos *a priori* de Stuart Mill também não pode contar com aquela, já que “esbarra” no problema da indução e na presença dos termos teóricos. Assim, Hirsch e De Marchi concluem que:

(...) while the more orthodox logic of J. S. Mill ... should not be rejected out of hand, its superiority over the pragmatic approach, which underlies Friedman's position – manifested in such shocking arguments as that theory with implausible assumptions should not be ruled out on that account – is not so obvious that Friedman's arguments can be lightly dismissed. (1990, p. 75)

A interpretação de Friedman enquanto pragmatista poderia fornecer, inclusive, sentido completamente novo à questão do “realismo” dos pressupostos. Em última instância, este seria apenas mais um elemento pertencente a uma abordagem geral única, ou a uma “maneira de pensar”, que teria sido construída em oposição à visão metodológica tradicional. Nesta, como visto, ao se utilizar de uma racionalidade que parte de causas para efeitos, ou de premissas a implicações, tendo a introspecção como ponto de partida, torna-se fundamental que premissas (ou causas) sejam verdadeiras. A posição de Friedman, ao “defender” o uso de premissas não-realistas, seria, em última instância, apenas a rejeição da introspecção como ponto de partida da investigação científica e, logo, a rejeição de toda a lógica da metodologia tradicional.

A maioria dos críticos da proposta de Friedman teria errado ao considerar que o “não-realismo” por ele defendido implicava “falsidade” em oposição à “verdade”. Friedman não estaria negando a

²⁷ Isto é, utiliza um raciocínio como: [Se “P”, logo “Q”]; [“Q” é verdadeira]; [Logo “P”]; em outros termos, afirmaria-se a verdade do antecedente pela verdade do consequente, o que não seria logicamente válido;

²⁸ Seu raciocínio seria algo próximo a: se “P” ‘dá conta’ de “Q”, pode-se fazer alguma suposição, mesmo devendo ser considerada temporária, sobre a verdade de “P”; esta suposição seria defendida apenas em estágios iniciais da pesquisa; posteriormente, deveriam ser deduzidas implicações, ou novos “Qs”, supondo a verdade de “P”, e observar se estariam ou não de acordo com o que ocorre “de fato”; quando um “fato” contradissesse “P”, retornar-se-ia à hipótese e toda a teoria seria revisada com o objetivo de aprimorá-la;

importância de premissas “verdadeiras”, mas apenas indicando que, inicialmente, uma premissa pode ser “falsa” para alguns domínios e, mesmo assim, através do processo de investigação, ser gradualmente revisada e ampliada, aproximando-se da “verdade”:

... it is the pragmatist believes (...) that the inquiry process if properly carried out will tend to bring assumptions themselves closer and closer to the truth. There is no guarantee of this course, but neither is there a guarantee that introspection and casual observation will give us ‘truer’ assumptions (overall) and thereby more scientific (explanatory) theory, let alone more reliable predictions. (HIRSCH & De MARCHI, 1990, p. 76)

PARTE IV – CONCLUSÕES GERAIS

Como em geral ocorre para qualquer autor relevante para a história do pensamento econômico tradicional, não existe consenso a respeito do que Friedman “realmente” quis dizer em sua Metodologia da Economia Positiva. Do ponto de vista da filosofia da ciência, em particular, concorda-se apenas que é possível encontrar passagens que poderiam associá-la a praticamente qualquer uma das principais correntes ou abordagens filosóficas existentes.

A interpretação tradicional da MEP, porém, continua sendo a de que ela corresponde a um “instrumentalismo ingênuo”, ou seja, ao tipo de instrumentalismo contra o qual Karl Popper se opôs que, para contornar o problema da indução, teria esvaziado a ciência de seu caráter explicativo²⁹.

Este “tipo” de instrumentalismo, porém, encontra muito pouco respaldo na tradição da filosofia da ciência, podendo-se dizer até que foi “rejeitado” como abordagem para tratar e avaliar o conhecimento científico. Mesmo reconhecendo que não há solução lógica para o problema da indução, a explicação, e não apenas a previsão, continua sendo considerada como um dos objetivos primordiais da ciência.

Como visto, porém, as idéias apresentadas por Friedman na MEP podem ser vistas como elementos de uma abordagem “pragmatista” da ciência, que teria sido construída como oposição à metodologia econômica “tradicional”. Os pontos centrais a partir dos quais tal abordagem teria se desenvolvido seriam a rejeição da introspecção como método adequado à obtenção de conhecimento sobre o mundo e a negação do estabelecimento de algum conhecimento *a priori* como ponto de partida da investigação científica (retomando, portanto, a posição “original” de

²⁹ Deve-se comentar que CALDWEEL (1985), por exemplo, discorda da possibilidade de realizar diretamente esta interpretação, especialmente ao destacar que Friedman, em todo o seu artigo, não fez alusão à presença dos termos teóricos em enunciados científicos, ou seja, ao principal elemento do debate filosófico que, em grande medida, deu “origem” ao instrumentalismo como contraponto ao realismo; mais geralmente, para CALDWEEL, Friedman “...was concerned with methodology, not epistemology. For this reason, I have labeled Friedman a ‘methodological instrumentalist’ to emphasize that, though his analysis is consistent with the methodological implications of instrumentalism, he never dealt with the epistemological issues associated with the philosophical position.” (op. cit., p. 179);

David Hume). E, neste contexto, sua defesa obstinada do uso de pressupostos “não-realistas” corresponderia apenas a este último elemento, e não à defesa da “falsidade” em oposição à “verdade”.

Desta forma, como se buscou demonstrar, aquela que é considerada “*the best known piece of methodological writing in economics*” (Caldwell, 1985, p. 173) pode ser interpretada do ponto de vista filosófico tanto como seguindo aquela que é considerada uma das mais “limitadas” abordagens epistemológicas já elaboradas, como seguindo uma abordagem relativamente moderna, que tem sido vista com uma “boa” alternativa para responder ao problema da indução sem incorrer, com isso, nos supostos equívocos filosóficos do instrumentalismo.

Finalmente, grande parte das controvérsias que a MEP gerou e gera podem ser compreendidas considerando o seguinte comentário de Karl Popper, realizado muitos anos após seu lançamento (1985):

Economists as a rule are not very reliable when they talk about their philosophical positions. My old friend, Milton Friedman, described himself as a logical positivist many years ago, but I am not quite sure whether he knew what he was talking about; for he also described himself as an adherent of my views which are highly critical of logical positivism. (citado em WEEB, 2002, p. 984)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AGASSI, J. “The rise of the conventionalist philosophy”. In: *History and Theory*, vol. 2, Beiheft 2: Towards an Historiography of Science, 1963.
- BLAUG, M. *Metodologia da economia, ou como os economistas explicam*. 2. ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- _____. “Paradigms versus research programmes in the history of economics”. [1975] In: HAUSMAN, D. M. *The philosophy of economics: an anthology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp.348-375.
- BOLAND, L. A. “Conventionalism and economic theory”. In: *Philosophy of Science*, vol. 37, n. 2, 1970.
- _____. “A critique of Friedman’s critics”. In: *Journal of Economic Literature*, vol. 17, n. 2, 1979.
- _____. “Friedman’s methodology vs. conventional empiricism: a reply to Rotwein”. In: *Journal of Economic Literature*, vol. 18, n. 4, 1980.
- _____. “Methodology: reply”. In: *The American Economic Review*, vol. 74, n. 4, 1984.
- _____. & FRAZER Jr, W. J. “An essay on the foundations of Friedman’s methodology”. In: *The American Economic Review*, vol. 73, n. 1, 1983.
- CALDWELL, B. “Positivist philosophy of science and the methodology of economics”. In: *Journal of Economic Issues*, vol. 14, n. 1, 1980a.
- _____. “A critique of Friedman’s methodological instrumentalism”. In: *Southern*

Economic Journal, vol. 47, n. 2, 1980b.

- _____. *Beyond positivism: methodology in the twentieth century*. London: George Allen & Unwin, 1985.
- DE ALESSI, L. "Reversals of assumptions and implications". In: *Journal of Political Economy*, vol. 79, n. 4, 1971.
- FRAZER, W. J. "Methodology: reply". In: *The American Economic Review*, vol. 74, n. 4, 1984.
- FRIEDMAN, M. "The methodology of positive economics". [1953]. In: HAUSMAN, D. M. *The philosophy of economics: an anthology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp.180-213.
- GARB, G. "Professor Samuelson on theory and realism: comment". In: *The American Economic Review*, vol. 55, n. 5, 1965.
- HANDS, W. W. *Reflection without rules: economic theory and contemporary science theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- HAUSMAN, D. M., *The philosophy of economics: an anthology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- HICKMAN, L. A. *Reading Dewey: Interpretations for a Postmodern Generation*. Bloomington, Ind.: University of Indiana Press, 1998.
- HIRSCH, A. & DE MARCHI, N. "Methodology: A Comment on Frazer and Boland, I". In: *The American Economic Review*, vol. 74, n. 4, 1984.
- _____. *Milton Friedman: economics in theory and practice*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1990.
- HOOVER, K. D. "Methodology: A Comment on Frazer and Boland, II". In: *The American Economic Review*, vol. 74, n. 4, 1984.
- HUME, D. *A Treatise of human nature*. [1739-40]. Oxford: Clarendon Press, 1964.
- MACHULP, F. "The problem of verification in economics". In: *Southern Economic Journal*, vol. 22, n.1, 1955.
- _____. "Rejoinder to a reluctant ultra-empiricist". In: *Southern Economic Journal*, vol. 22, n.4, 1956.
- _____. "Professor Samuelson on theory and realism" In: *The American Economic Review*, vol. 54, n. 5, 1964.
- McDERMOTT, J. J. *The Philosophy of John Dewey*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- MELITZ, J. "Friedman and Machlup on the significance of testing economic assumptions". In: *The Journal of Political Economy*, vol. 73, n. 1, 1965.
- MUSGRAVE, A. "'Unreal assumptions' in economic theory: the F-Twist untwisted". In: *Kyklos*, v. 34, 1981.
- NAGEL, E. "Assumptions in economic theory". In: *The American Economic Review*, vol. 53, n. 2, Papers and Proceedings, 1963. [Traduzido para o português como "Pressupostos em teoria econômica" e editado nas Edições Multiplic, vol.2, nº 5, 1982].
- PAPANDREOU, A. G. "Theory construction and empirical meaning in economics". In: *The American Economic Review*, vol. 53, n. 2, Papers and Proceedings, 1963.
- PAULANI, L. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Editora Cutrix, 1974.

- ROTWEIN, E. "Friedman's critics: a critic's reply to Boland". In: *Journal of Economic Literature*, vol. 18, n. 4, 1980.
- _____. "On the methodology of positive economics". In: *Quarterly Journal of Economics*, v. 73, 1959.
- SAMUELSON, P. A. "Problems of methodology: discussion". In: *The American Economic Review*, vol. 53, n. 2, Papers and Proceedings, 1963. [Traduzido para o português como "Comentário" e editado nas Edições Multiplic, vol.2, n. 5, 1982].
- _____. "Theory and realism: a reply". In: *The American Economic Review*, vol. 54, n. 5, 1964.
- _____. "Professor Samuelson in theory and realism: reply". In: *The American Economic Review*, vol. 55, n. 5, 1965.
- SIMON, H. "Problems of methodology: discussion". In: *The American Economic Review*, vol. 53, n. 2, Papers and Proceedings, 1963.
- STANFORD, P. K. "Instrumentalism". In: PFEIFER, J. & SARKAR, S. (eds.) *The philosophy of science: an encyclopedia*. New York: Routledge, 2005.
- WEBB, J. L. "Is Friedman's methodological instrumentalism a special case of Dewey's instrumental philosophy? A comment on Wible" In: *Journal of Economic Issues*, vol. 21, n.1, 1987.
- _____. "Dewey: Back to the Future". In: *Journal of Economic Issues*, vol. 36, n. 4, 2002.
- WIBLE, J. R. "Friedman's positive economics and philosophy of science". In: *Southern Economic Journal*, vol. 49, n. 2, 1982.
- _____. "The Instrumentalisms of Dewey and Friedman." In: *Journal of Economic Issues*, vol. 18, n. 4, 1984.